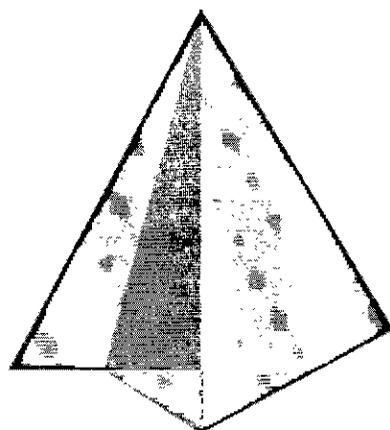


**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
24ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
CHARLES ETIENNE CURY**



TRT MG

**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989

Data da instalação: 18-12-1989

Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 31-10-2017, p. 8/9.

ATA DE CORREIÇÃO

Às 8 horas do dia dezessete de novembro de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 11º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Charles Etienne Cury**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. José Firmino da Costa Filho; pelos servidores Ana Flávia Simões Costa, Antônio Augusto Diniz Costa, Leila de Sena Batista, Ludmila Farnese Rezende, Mara Gonçalves, Paula Guedes de Melo Hayashi, Renata Penna Dantas e Renato Coelho Pedrecal Júnior e pelos estagiários Cinthia Patrícia de Magalhães Almeida Silva e Lucas Oliveira Abreu. Ausentes os servidores Felipe Criscollo Gomes, Flávia Nobre Vieira e Raone Barbosa Rocha, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.645 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 14-11-2017, apurando-se a média de 7,6 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 124 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 67 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 167 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 32 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 501 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 312 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 15 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 30 autos de processos físicos com carga, das quais 11 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Constatam 6 autos de processos físicos com carga, no prazo. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 129 processos pendentes para exame de peritos, devendo a Secretaria da Vara providenciar à baixa nas perícias já realizadas.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 147 mandados expedidos em processos físicos e 999 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 6 pendentes de cumprimento em processos físicos e 21 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 4 autos de processos com carga para a Secretaria de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 104 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Os processos examinados um aguarda decisão em outro processo e o restante aguarda decisão do STF.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015 e de 37,48% em 2016. A meta estabelecida para este indicador em 2017 é de 46,3% e, considerando a tendência de queda verificada nos últimos dois anos, os resultados podem continuar superando o previsto.

1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 14-11-2017, existem 27 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 14-11-2017)

(fonte: e-Gestão)

| FASE | Situação | Quantidade de processos |
|--------------|--|-------------------------|
| CONHECIMENTO | Aguardando primeira audiência (item 60) | 0 |
| | Aguardando primeira audiência (item 90060) | 183 |
| | Aguardando encerramento da instrução (item 61) | 91 |
| | Aguardando encerramento da instrução (item 90061) | 641 |
| | Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35) | 23 |
| | Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035) | 808 |
| | Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66) | 25 |
| | Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066) | 185 |

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.045 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 784 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 234 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- c) 27 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 14-11-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Belo Horizonte, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.119, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016. A meta estabelecida para este indicador em 2017 é de 64%.

1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 14-11-2017, existem 49 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 20-11-2017 havia 15 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 7 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 6 processos;
- c) **instrução:** 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010771/17, 0010775/17, 0010936/17, 0011598/17, 0011574/17, 0011570/17, 0011158/16, 0011590/17, 0011592/17 e 0011474/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010936/17: 2ª notificação de audiência efetuada por mandado – Id d932a91, descumprindo a Portaria Conjunta GP/GCR n. 323/16, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial Simples.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que não havia processo na fase de execução para tentativa de conciliação.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Os processos foram examinados observando a Portaria Conjunta GP/GCR N. 492, de 1º de novembro de 2017, que revoga a Portaria Conjunta GP/GCR N. 482/2017 e dispõe sobre a suspensão da contagem dos prazos processuais no período de 31 de outubro a 7 de novembro de 2017, inclusive. E, também, conforme Lei 13.467/2017.

Exame dos autos dos processos do Pje: 0011623/17, 0011589/17, 0011576/17, 0011552/17, 0011499/17, 0011498/17, 0011403/17, 0011153/17, 0010733/17, 0010801/17, 0011884/16, 0010043/16, 0010232/15, 0010663/16, 0010995/16, 0011161/16, 0011479/16, 0011574/16, 0011764/16, 0011888/16, 0010615/17, 0010405/16, 0011179/16, 0011286/16, 0011326/16, 0011306/16, 0011331/16, 0011779/16, 0010184/17, 0010258/17, 0010469/17, 0010466/17, 0010475/17, 0010554/17, 0011561/17, 0011046/16, 0010933/17, 0011054/16, 0011112/17, 0010963/16, 0011417/16, 0010564/16, 0010140/16, 0011310/17, 0011142/17, 0010352/17, 0010198/17, 0010643/17, 0010190/17, 0010387/17, 0010643/15, 0011376/15, 0011314/17, 0011231/17, 0010927/17, 0010850/17, 0010727/17, 0011440/17, 0010704/17, 0011375/17, 0011399/17, 0011050/17, 0010119/17 e 0011023/17.

Foram examinados os autos dos processos físicos 01470/14, 00551/14, 02021/14, 00114/13, 01258/13 e 01643/14.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010704/17, 0010352/17, 0010198/17, 0010184/17 e 0010190/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0010643/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 8494679 (mais de 60 dias);
- 0011231/17: 2ª notificação de audiência realizada por mandado – Id beecbf5, descumprindo a Portaria Conjunta GP/GCR n. 323/16, deste Regional;
- 0010119/17: 2ª notificação de audiência realizada por mandado – Id9b9976e, descumprindo a Portaria Conjunta GP/GCR n. 323/16, deste Regional.

Recomenda-se ao MM. juiz que profira sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 10 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta

| | 2015 | 2016 | 2017 |
|-------------------------------|------|------|-------|
| Procedimento Sumariíssimo | 9 | 26 | 22 |
| Procedimento Ordinário | 84 | 33 | 38 |
| Instrução processo físico | - | - | 1.058 |
| Instrução processo eletrônico | 234 | 327 | 135 |

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

| | 2015 | 2016 | 2017/dias |
|---------------------------|------|------|---------------------|
| Procedimento Sumariíssimo | 10 | 15 | 28-11-2017- 7 dias |
| Procedimento Ordinário | 52 | 36 | 7-2-2018 – 33 dias |
| Instrução | 473 | 427 | 8-4-2019 – 293 dias |

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 14-11-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

| | Quantidade de processos | Prazo médio (em dias) |
|--|-------------------------|-----------------------|
| Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263) | 0 | 0 |
| Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263) | 646 | 22 |
| Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264) | 0 | 0 |
| Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264) | 675 | 38 |
| Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267) | 0 | 0 |
| Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267) | 734 | 44 |
| Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução | 14 | 1.058 |

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

| | | |
|---|-----|-------|
| processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268) | | |
| Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268) | 780 | 221 |
| Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271) | 4 | 973 |
| Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271) | 713 | 47 |
| Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 272) | 22 | 1.017 |
| Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 90272) | 728 | 221 |

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 14-11-2017)

(fonte: e-Gestão)

| | Quantidade de processos | Prazo médio (em dias) |
|---|-------------------------|-----------------------|
| Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359) | 2 | 291 |
| Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359) | 59 | 51 |
| Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371) | 27 | 658 |
| Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371) | 77 | 77 |

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 14-11-2017)

(fonte: e-Gestão)

| | Quantidade de processos | Prazo médio (em dias) |
|---|-------------------------|-----------------------|
| Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275) | 255 | 1.788 |
| Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275) | 1 | 3 |
| Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277) | 13 | 2.457 |
| Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277) | 0 | 0 |

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

| | Ano-2016 | Média/dia útil |
|---|-----------------|-----------------------|
| Sentenças de conhecimento | 1.226 | 5,548 |
| Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração | 328 | 1,484 |
| Decisões na fase de execução | 122 | 0,552 |
| Total | 1.676 | 7,6 |

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em outubro de 2017, com 21 dias úteis, realizaram-se:

| Audiências | Número de Audiências/ Mês | Média/dia útil |
|---|----------------------------------|-----------------------|
| Procedimento sumariíssimo | 87 | 4,143 |
| Procedimento ordinário | 99 | 4,714 |
| Instrução | 62 | 2,952 |
| Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução | 20 | 0,952 |
| Total | 268 | 12,8 |

No mês de outubro de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 66 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 27 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 58 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h50min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a quinta-feira.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e que mantém o cadastro atualizado

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 600 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

| Movimentação Anual de Processos | | |
|---|--------------|--------------|
| | 2015 | 2016 |
| Processos recebidos | 1.739 | 1.773 |
| Média por dia útil | 7,7 | 8 |
| Processos remanescentes do ano anterior | 788 | 821 |
| Sentenças anuladas | 20 | 43 |
| Total de processos para solução | 2.547 | 2.637 |
| Processos solucionados | 1.710 | 1.821 |
| Processos conciliados | 508 | 595 |
| Produção | 67,14% | 69,06% |

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 1,95% em relação ao número de processos recebidos no ano 2015. Quanto à produção, verificou-se que em 2016 houve um aumento de 1,92%.

5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) – O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

| Perfil da Vara do Trabalho | | Belo Horizonte - 24a Vara | | | | |
|-------------------------------------|---------------------------------|--|--|--|--|--|
| Indicadores / Período de referência | | Ano 2016 01/01/2016 a 31/12/2016 | 1º trim 2017 01/04/2016 a 31/03/2017 | 2º trim 2017 01/07/2016 a 30/06/2017 | 3º trim 2017 01/10/2016 a 30/09/2017 | 4º trim 2017 01/01/2017 a 31/12/2017 |
| Micro | 1 – Antiguidade (dias corridos) | 1.531,43 | 1.513,39 | 1.538,17 | 1.499,82 | |
| | 2 – Pendentes (processos) | 3.348 | 3.430 | 3.475 | 3.403 | |
| | 3 – Prazo (dias corridos) | 642,46 | 589,30 | 488,24 | 708,67 | |
| | 4 – Taxa de conciliação (%) | 32,64 | 33,73 | 35,49 | 34,15 | |
| | 5 – Taxa de solução (%) | 102,71 | 98,38 | 94,40 | 96,77 | |
| | 6 – TC Conhecimento (%) | 34,78 | 36,44 | 38,47 | 39,78 | |
| | 7 – TC Liquidação (%) | 35,08 | 38,46 | 41,62 | 38,07 | |
| | 8 – TC Execução (%) | 73,23 | 72,79 | 77,50 | 69,48 | |
| | 9 – TC Incidentes (%) | 15,33 | 18,16 | 25,30 | 34,36 | |
| Meso | 1 – Acervo | 0,46 | 0,47 | 0,48 | 0,40 | |
| | 2 – Celeridade | 0,23 | 0,19 | 0,17 | 0,29 | |
| | 3 – Produção | 0,60 | 0,75 | 0,67 | 0,68 | |
| | 4 – Repesamento processual | 0,44 | 0,47 | 0,60 | 0,58 | |
| Macro | Índice de Produtividade | 0,46 | 0,53 | 0,57 | 0,65 | |
| | MGD | 0,39 | 0,47 | 0,50 | 0,55 | |
| Posição MGD | | 51 | 63 | 76 | 84 | |
| Força de trabalho | | 0,81 | 0,84 | 0,83 | 0,82 | |
| Movimentação processual | | 1.501 a 2.000 | 1.501 a 2.000 | | | |

6. ARRECADAÇÃO –

| Contribuição Previdenciária | Imposto de Renda |
|------------------------------------|-------------------------|
| R\$ 3.324.164,09 | R\$590.132,74 |

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 1/2008, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos,

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

sendo que em 1 foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais .

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

1) promovida a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do exame de expedientes, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf;

4) cumprida a Portaria Conjunta GP/GCR n. 323/16, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial Simples, como modalidade única e obrigatória para a remessa de todas as comunicações judiciais e administrativas no âmbito do Tribunal Regional da 3ª Região e autoriza a implantação da cesta de correspondências;

5) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial e apreciação de expedientes, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.

Em 2016, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,04%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,74%.

No ano 2017, até o dia 31-10-2017, o percentual alcançado foi de 102,83%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 111,98%.

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2015, no 1º grau.

Em 2016, quanto a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-14”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 97,63%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,43%.

No ano 2017, até o dia 31-10-2017, o percentual alcançado foi de 113,57%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 108,39%.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2016, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2016”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 32,64%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 90,25%.

No ano 2017, até o dia 31-10-2017, o percentual alcançado foi de 46,50%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 47,80%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período.

Em 2016, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 92,94% não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 96,55%.

No ano 2017, até o dia 31-10-2017, o percentual alcançado foi de 96,66%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,67%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2014 no 1º grau.

Em 2016, quando a meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 100%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 97,58%.

Não houve processo para cálculo até o dia 31-10-2017.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo (TMDP1c): reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2014, em 5% até 2020 (2%).

Em 2016, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014, em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 151 dias, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 150 dias.

No ano 2017, até o dia 31-10-2017, o tempo médio alcançado foi de 151 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

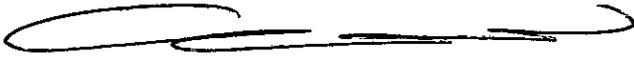
14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

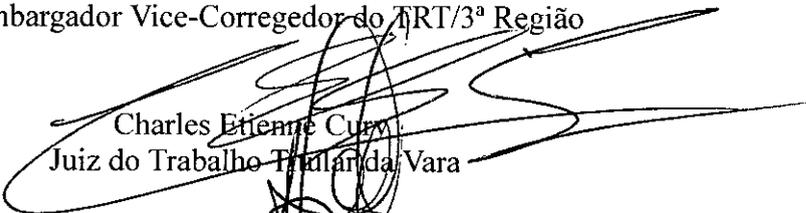
Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

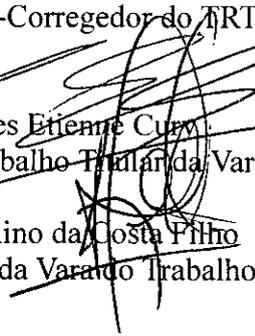
Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia dezessete de novembro de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior _____, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.


César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região


Charles Etienne Curvo
Juiz do Trabalho Titular da Vara


José Firmino da Costa Filho
Secretário da Vara do Trabalho